



## LEITURA: DA ANTIGUIDADE AO SÉCULO XXI. O QUE MUDOU?

I. Gretel M. Eres Fernández\*

Daniela Sayuri Kawamoto Kanashiro<sup>1</sup>

A leitura no Brasil constitui uma ampla área do conhecimento que merece ser investigada em suas diferentes vertentes e campos de abrangência. Silva, E.T. (1996, p.46) estabelece uma comparação entre o Brasil e os EUA com base na relação do número de estudos realizados sobre leitura. No período compreendido entre 1975 e 1977, nos EUA, 1.588 pesquisas foram publicadas por apenas uma revista especializada; no Brasil, os números não ultrapassaram 50 trabalhos, a maioria voltada para o processo de alfabetização. Soma-se ao fato a compartimentalização dos estudos: pedagogos, linguistas, historiadores, professores de literatura e psicólogos nem sempre conseguem estabelecer um vínculo interdisciplinar, o que seria o ideal, visto que a leitura é uma atividade bastante abrangente e complexa. De 1977 até o início deste milênio muito se desenvolveu no país, mas a leitura do aluno brasileiro ainda constitui um grande campo de pesquisa merecedor de atenção.

\* Professora doutora da Faculdade de Educação da USP. E-mail: <igmefern@usp.br>.

<sup>1</sup> Professora mestra da Universidade Federal de Mato Grosso. E-mail: <danielakanashiro@usp.br>.

## **I. Um pouco da história da leitura**

Dos pictogramas sumérios gravados em tabuinhas de argila, aproximadamente 3200 a.C., aos textos veiculados nas páginas eletrônicas, nota-se a importância da escrita enquanto fator que provocou a revolução na comunicação humana. Se no discurso oral a interação entre emissor e receptor da mensagem deve ser simultânea, a escrita permite o acesso a informações transcendendo espaço e tempo. É possível, por exemplo, ter conhecimento de um documento emitido há séculos ou registrar observações para estudos posteriores; enfim, a escrita decretou o fim da fugacidade das palavras.

A atividade física de ler também passou por transformações. A leitura oral representada pelos pintores e iluminadores como um esforço intenso que mobilizava o corpo inteiro (CHARTIER, 1998, p. 82), cedeu espaço para a leitura dos livros folheados no qual o leitor manuseia suas páginas. Atualmente também convivemos com a leitura digital, cuja mediação se dá pela tela do computador.

Desde a primeira impressão da Bíblia realizada por Gutenberg, entre 1452 e 1455, na Alemanha, até a fabricação do livro em grande escala, muitos percalços marcaram o caminho da produção de obras. Na França, no século XVII, os escritores não tinham privilégios e eram considerados assim como os impressores, ilustradores e livreiros, apenas um dos atores envolvidos na produção de livros. A profissionalização do autor foi mudando conforme o desenvolvimento da indústria tipográfica e da ideia que concebe o texto como principal constituinte do livro. Em 21 de julho de 1793 foi promulgada na França a lei de proteção dada aos direitos autorais (LAJOLO e ZILBERMAN, 1999, p. 61) e a figura do autor ganhou destaque. Nessa época a impressão de livros deixou de ser um trabalho artesanal para converter-se numa produção empresarial. Na verdade, tal processo ocorreu quando a sociedade pôde contar com uma clientela leitora. Nesse sentido, dois fatores contribuíram para o desenvolvimento das habilidades de ler: o fortalecimento da escola e a obrigatoriedade do ensino.

No Brasil, até 1808 não havia uma história da imprensa. O Alvará de 20 de março de 1720, impedindo “a instalação na colônia, de manufaturas, inclusive dedicadas às ‘letras impressas’ retardou o desenvolvimento da imprensa por aqui” (idem, *ibidem*, p. 122). Os escritores brasileiros passaram por dificuldades em virtude do aparecimento tardio da imprensa e do grande número de analfabetos, pois até o final do século XIX havia 70% de pessoas não alfabetizadas no país. O custo do livro era bastante elevado uma vez que ou era importado ou era produzido em pequena escala. Se o livro era caro e pouco consumido, a remuneração do escritor, por sua vez, era também bastante insatisfatória.

No Brasil, apenas por volta da metade do século XIX é que se começou a delinear a formação de leitores. Nessa época, o Rio de Janeiro era a sede da monarquia e contava com algumas tipografias, livrarias e bibliotecas.

Durante muito tempo a ausência de materiais didáticos produzidos no Brasil justificou a importação de livros portugueses. Contudo, várias vezes demonstraram seus descontentamentos alegando a falta de uma pedagogia nacionalista. Já na Constituinte de 1823 ouviram-se as primeiras tentativas de mudança da realidade da época. As reivindicações soaram até a segunda metade do século XIX, movidas pelo forte desejo de alavancar o mercado brasileiro, naquele momento dominado pelo material escolar europeu.

Com a instalação da imprensa e a implantação das escolas, houve o fortalecimento da leitura. O público a ser atingido pertencia à classe social privilegiada que tinha grande parte de seu tempo ocioso. O que liam as mulheres? No Romantismo, as obras, folhetins e romances ainda legitimavam os costumes vigentes ao mesmo tempo em que reforçavam a dependência da mulher sob a dominação do homem. As personagens eram geralmente requintadas e tinham o hábito de leitura, às vezes compartilhada com o pretendente.

Em decorrência da exportação do café, o enriquecimento levou à formação dos empreendimentos urbanos (bancos, transportes etc.) e ao desejo de uma nova estrutura para a sociedade. Por volta de 1870, o Estado impôs a obrigatoriedade do ensino para as crianças. A solução para o problema que se delineava – quem se responsabilizaria por sua educação formal – passou pela educação feminina, pois se considerou que se ela fosse devidamente instruída e instrumentalizada para o magistério o problema da mão-de-obra estaria resol-

vido. Segundo Lajolo e Zilberman (*ibidem*, p. 262), “[...] idealizava-se a professora, chamando-a de mãe, sugerindo assim que, lecionando, ela continuava fiel à sua natureza maternal. Negava-se o elemento profissional da docência, porque a sala de aula convertia-se num segundo lar”.

O fato de a escola ser a responsável por garantir à criança o acesso à cultura por meio da escrita significava um estímulo à tipografia. Ainda que o livro didático seja uma das modalidades mais antigas da escrita, é considerado o *primo-pobre da literatura* ao mesmo tempo em que se converte em primo-rico das editoras (*idem, ibidem*, p. 120). É o primo-pobre porque é descartável, “texto para ler e botar fora”, ou ele fica superado ou o estudante o abandona para dar sequência em seu processo na educação. É o primo-rico, pois sua possibilidade de venda é certa, justificada exatamente pelo seu caráter descartável.

O livro didático pode ser visto como um material que subsidia o entendimento da história da leitura. Podemos dizer que em muitos casos é ele o principal responsável pela formação do leitor. Além disso, pela adoção de determinada obra e não de outra, é possível também conhecer algumas características do cidadão que a instituição que adotou tal livro espera formar. Não bastasse essa constatação, o espaço reservado à leitura literária nas escolas brasileiras também deixa a desejar, o que gera consequências graves para a formação dos estudantes:

No Brasil, como se sabe, o processo e legitimação do que se deve e do que não se deve ler tem se realizado principalmente por meio de livros didáticos, pela via fragmentada dos estilos de época, os quais historicamente vêm reproduzindo não só autores e textos característicos dos diferentes momentos da história da Literatura brasileira e portuguesa, como

os modos de ler a seleção. Reproduzem-se, assim, formas de apropriação da Literatura que não pressupõem uma efetiva circulação e recepção de livros no ambiente escolar, (...) prevalecendo um modelo artificial – tanto pelos aspectos de integridade textual quanto pela materialidade do suporte – de leitura do texto literário. (BRASIL, 2006, p.72-73)

Constata-se, portanto, que embora a escola seja um espaço privilegiado para o desenvolvimento da leitura, nem sempre ela é tratada de maneira adequada, seja porque se restringe a oferta de textos aos alunos, seja porque o tratamento dispensado à compreensão leitora é insatisfatório.

## **2. O papel da leitura na atualidade**

Na sociedade contemporânea observamos cada vez mais o crescimento da importância do domínio da competência leitora que vai além dos propósitos de entretenimento. Charmeux (2000, p.11) afirma que a capacidade de leitura determina o sucesso escolar, profissional, bem como a liberdade e autonomia do cidadão. Dessa forma, a importância dada à leitura na atualidade difere muito da realidade vivida há alguns anos. Na verdade, notamos que a necessidade do ato de ler cresce à medida que cresce também a necessidade de informação da sociedade (SILVA, C.E., 2002, p.13). Lemos o manual de instruções de funcionamento de um eletrodoméstico, procuramos um número de telefone na lista, seguimos os comandos do caixa eletrônico, lemos as mensagens enviadas pelo correio eletrônico, enfim, ler é um pré-requisito cada vez mais essencial na sociedade contemporânea. E, como afirmam Kleiman e Moraes (2003, p. 91-92):

[Embora a tecnologia nos permita usar o telefone em vez de mandar uma carta, assistir à mininovela da televisão em vez de ler o romance original, gravar em vez de tomar notas, assistir à versão dublada do filme em vez da versão legendada, assistir ao jornal televisivo em vez de ler o jornal, o sujeito letrado pode optar pela modalidade que preferir; opção não permitida ao sujeito apenas alfabetizado. Essa possibilidade de opção como todos sabemos é um primeiro passo necessário para a formação do cidadão crítico.

Além do desenvolvimento dos meios de comunicação de massa, tais como a televisão e o rádio, que veiculam informação e oferecem entretenimento, dando ênfase à imagem e/ ou à oralidade, presenciamos o advento da internet que ampliou signi-

ficativamente as possibilidades de enviar e receber arquivos, realizar buscas e pesquisas e intercambiar informações numa velocidade muito maior. Mas é importante ressaltar que a natureza do texto digital é bastante diferente da natureza do texto impresso. Os *e-mails*, por exemplo, transitam entre o escrito e oral, assemelham-se às cartas e bilhetes e, por outro lado, têm a efemeridade do oral, além de utilizarem-se do telefone como meio de transmitir a mensagem, objeto antes destinado para veicular somente mensagens orais. Conforme Chartier, numa entrevista<sup>2</sup>, ainda dois fatores básicos marcam a diferença entre o leitor do texto impresso e o leitor do texto digital. O primeiro faz referência ao contexto, a leitura de um artigo impresso no jornal apresenta uma contextualização bem definida. Por outro lado, se o mesmo texto estivesse numa página digital a noção de contextualização seria muito mais ampla, já que ocorreria somente por meio das *websites*. A segunda diferença refere-se ao contato físico. A leitura digital é mediada pela tela, não há o manuseio de páginas. Podemos acrescentar também que a *forma* de ler textos no computador é diferente da forma de ler textos em livros: a leitura não é linear; imagens, ícones, diagramação, *links* etc. exigem outro tipo de conhecimento e de processamento da leitura. Nos textos impressos, a leitura é de cima para baixo, da esquerda para a direita e de uma página para a seguinte<sup>3</sup>. Nos textos digitais a atenção recai na página como um todo: imagens, texto, colunas, ícones, *links*, cores e sons. Salta-se de uma página a outra por meio de um *link*, o que abre a possibilidade de que cada leitor possa fazer uma leitura diferente do mesmo texto.

Segundo o novo contexto da sociedade contemporânea, é fundamental que o professor tenha consciência de que além de procurar despertar, desenvolver e fortalecer o hábito da leitura, também é preciso ensinar a ler de várias formas. E dentro do ambiente escolar é necessário que se desenvolva a leitura de diferentes gêneros textuais (por exemplo, bulas, notícias de jornais, revistas, internet, códigos de leis, poesias, crônicas, contos, romances, *curriculum vitae*, *e-mails*, cartas formais, ofícios, histórias em quadrinhos, entre outros) para que o educando possa efetivamente conhecer e participar da realidade que o cerca.

Alguns autores, tais como Charmeux (2000) e Alliende e Condemarín (2005), tecem vários comentários acerca da relação entre a capacidade de compreensão leitora e o êxito ou fracasso escolar. Estes pesquisadores revelam que bons leitores têm maior

2 Disponível em: <[www.ucm.es/info/especulo/numero15/chartier.html](http://www.ucm.es/info/especulo/numero15/chartier.html)>. Acesso em: 27 abr. 2011.

3 Naturalmente, referimo-nos aos textos em idiomas que se valem desse tipo de disposição gráfica.

facilidade na solução de problemas e mostram-se mais críticos diante da realidade que os cerca. Nesse sentido, de forma geral, poderíamos dizer que a leitura,

- permite articular os conteúdos culturais de maneira mais profunda que determinados recursos audiovisuais dos meios de comunicação de massa, uma vez que, na maioria das vezes, estes tendem a atingir um número maior de pessoas. Dessa forma, não se aprofundam em temas abordados tanto quanto uma obra especializada possivelmente o faria;
- possibilita a expansão da memória humana, por meio dos textos impressos que permitem o registro e a recuperação de informações, seja de caráter científico, histórico, legal, artístico, da própria oralidade etc. Somente por meio da oralidade não teríamos a mesma capacidade de reter informações como por meio da escrita;
- determina processos de pensamento, pois leitores que estabelecem relações com textos de entrevistas, literários, de colunas de opinião, científicos, entre outros, tendem a adotar posições menos radicais, pensamentos menos extremistas e são mais críticos diante da realidade que os cerca.

Além disso, a atividade de ler e de estudar por meio de elaboração de esquemas, resumos, anotações etc., segundo Allende e Condemarin (*ibidem*), favorecem a melhor compreensão e fixação do conteúdo, estabelecendo de alguma forma a conexão entre leitura e escrita. Devido à importância da leitura comentada nos itens anteriores, verificamos a pertinência da realização de pesquisas nessa área de conhecimento e, centrando-nos na leitura como atividade que permeia o processo educativo, reiteramos a necessidade de que pedagogos, linguistas,

professores, psicólogos e profissionais de outras áreas afins estabeleçam vínculos interdisciplinares, uma vez que o processo leitor é uma atividade multidimensional e que muitos aprendizes têm revelado várias dificuldades ao realizarem tarefas elementares de compreensão do texto escrito, mesmo após a conclusão da educação básica, conforme resultados expressos em avaliações de caráter internacional.

O fato parece contraditório se levarmos em conta que durante a vida escolar o aluno está constantemente exposto ao meio letrado: são apostilas, livros didáticos, paradidáticos, leituras sugeridas, leituras obrigatórias, relatórios etc. Segundo Silva, E.T. (1996), isso se justifica ao considerarmos as seguintes situações:

- existe, em muitas escolas, a ideia de que somente os alfabetizadores e os professores da área de linguagem têm a responsabilidade sobre a orientação da leitura;
- constata-se a deficiência na formação do professor que, em seu currículo, raramente teve um curso de Psicologia/ Metodologia da Leitura;
- ainda há o tratamento mecanicista da leitura quando são propostas somente perguntas de identificação de elementos do texto;
- o fato de o acesso ao livro nem sempre ser garantido, seja pela falta de bibliotecas, seja porque os pais não têm condições de adquiri-los. O livro, na maioria das vezes, é pouco acessível a grande parte da população.

É muito comum ouvir um adolescente dizer que não gosta de ler, sobretudo quando se trata de clássicos da literatura. Machado de Assis? Carlos Drummond de Andrade? Guimarães Rosa? Graciliano Ramos? João Cabral de Melo Neto? As obras destes e de outros

grandes escritores são desconhecidas por muitos adolescentes. Para parte daqueles que as leram, esses livros têm fins específicos, como o vestibular; ou ainda conhecem apenas os fragmentos presentes nos livros didáticos ou as sínteses disponibilizadas por fontes e meios variados. Se por um lado há uma crise da leitura, a internet atrai a atenção de muitos. Navegar é preciso?

### 3. Leitura e internet

Sendo a leitura um objeto cultural, é natural que o homem procure uma recriação do processo, a fim de torná-lo mais prático. Segundo Pierre Levy (apud FERNANDES e PORTUGAL, 2002), filósofo da cultura virtual contemporânea, a princípio os textos não apresentavam pontuação, organização em parágrafos, capítulos, índices, etc. Ong (1998) aborda com detalhes a introdução dessa organização e seus significados. Houve um processo de *facilitação* para que o ato de leitura se tornasse mais prático. Nesse sentido, a possibilidade de navegação em diversas redes digitais poderia ser uma sequência do desenvolvimento desse processo de *facilitação* criado pelo homem.

A sociedade moderna tem discutido muito o poder da televisão, seus efeitos – principalmente os negativos – e há semelhante temor com relação à internet. A leitura em épocas anteriores já esteve no centro de discussões similares. Faz-se também pertinente lembrar que ela nem sempre foi prestigiada. Há obras na literatura, como *Dom Quixote*, do espanhol Miguel de Cervantes, *Madame Bovary*, do francês Gustave Flaubert, e *O primo Basílio*, do português Eça de Queirós, que problematizaram em seus enredos a questão da leitura. Nas referidas obras, os protagonistas mergulharam na atividade de ler e entregaram-se à fantasia, confundindo realidade e ficção dentro da própria ficção construída. Segundo Zilberman (2001), a leitura intensiva, lida e relida, era vista como um fator negativo, prejudicial ao homem. Atualmente, o processo é outro: é preciso ler, e nas falas dos professores é bastante comum a reiteração da ideia da falta do hábito da leitura. Porém, também conviria discutir se, de fato, nossos alunos não leem ou se, diferentemente do que se afirma de maneira mais ou menos generalizada, eles lêem, mas não aqueles textos que a escola valoriza e prioriza:

O desafio será levar o jovem à leitura de obras diferentes desse padrão [ficção juvenil ou os *best-sellers*] – sejam obras da tradição literária, sejam obras recentes, que tenham sido legitimadas como obras de reconhecido valor estético –,





capazes de propiciar uma fruição mais apurada, mediante a qual terá acesso a uma outra forma de conhecimento de si e do mundo (BRASIL, 2006, p.69-70).

Quando se tem uma visão de todo o processo histórico acerca do ato de ler constata-se que o temor com relação ao efeito que o novo pode ou poderia provocar, seja a leitura, a TV ou a internet, não leva em consideração o fato de o homem também atuar como agente do processo e da história. A seleção do que se quer ler já é, por si só, uma atividade não-passiva. Conforme Fernandes e Portugal (2002) o aspecto negativo é considerar que poucos têm acesso aos livros e à internet, pois

[...] a leitura na internet e no livro bem como a leitura nos demais meios (TV, vídeo, cinema, etc.) são todas complementares entre si e fonte de enriquecimento para os que a elas podem ter acesso. O empobrecimento está na falta de acesso, no uso de apenas e somente uma delas sem as demais. Todas possibilitam leituras complementares, divergentes, pontos de vista que nos farão ver/ ler o mundo de variadas maneiras.

Entretanto, a produção e a disponibilidade textual em suporte eletrônico deve ser alvo de precauções. Chartier, numa entrevista<sup>4</sup>, afirma que é necessário voltar a atenção para a efemeridade dos textos na internet. Uma vez que não se arquivam em si mesmos, como será sua conservação? Segundo o pesquisador, “quando algo se apaga é uma perda para o trabalho histórico”. As mensagens trocadas pelo correio eletrônico, por exemplo, em sua grande maioria são apagadas. Os *e-mails* navegam entre o escrito e oral, na medida em que cumprem função semelhante à de textos escritos

<sup>4</sup> Disponível em: <[www.ucm.es/info/especulo/numero15/chartier.html](http://www.ucm.es/info/especulo/numero15/chartier.html)>. Acesso em: 27 abr. 2011.



como os bilhetes ou cartas e, por outro lado, são efêmeras. A natureza do texto digital é bastante diferente da natureza do texto originalmente impresso.

Ong (1998) relata novas experiências com a pós-tipografia que, partindo das entrevistas gravadas eletronicamente, permite a produção de livros e artigos *falados* que posteriormente são impressos. De certa forma, o novo reforça e transforma o velho. Mas ocorrerá a morte do texto impresso como muitos temem? Levy (apud Fernandes e Portugal, 2002) argumenta que um novo meio só substitui o outro quando passa a executar com mais vantagens ou praticidade o que antes era realizado pelo seu predecessor. O especialista considera o meio eletrônico como uma ampliação da escrita, um novo suporte, com uma linguagem diferente. Dessa forma, o texto digital não substitui o livro, já que cada suporte serve a propósitos diferentes, vale-se de recursos e linguagens distintos e provoca interações também diferentes:

○ que se defende, portanto, é a absoluta necessidade de se avocar e levar adiante o desafio de criar condições para que os alunos construam sua autonomia nas sociedades contemporâneas – tecnologicamente complexas e globalizadas – sem que, para isso, é claro, se vejam apartados da cultura e das demandas de suas comunidades. Isso significa dizer que a escola que se pretende efetivamente inclusiva e aberta à diversidade não pode ater-se ao letramento da letra, mas deve, isso sim, abrir-se para os múltiplos letramentos, que, envolvendo uma enorme variação de mídias, constroem-se de forma multissemiótica e híbrida – por exemplo, nos hipertextos na imprensa ou na internet, por vídeos e filmes, etc. Reitera-se que essa postura é condição para confrontar o aluno com práticas de linguagem que o levem a formar-se para o mundo do trabalho e para a cidadania com respeito pelas diferenças no modo de agir e de fazer sentido. (BRASIL, 2006, p.29)

### **Algumas considerações finais**

Finalizamos o artigo com a seguinte premissa: se o novo meio de divulgar os pensamentos por meio da escrita não ameaça a existência do livro impresso, se veio a somar as formas de leitura, provavelmente não se constitui em fator que justifique a falta de uma cultura da leitura. Além disso, o livro sempre foi, historicamente demonstrado, material de luxo no Brasil. E certamente, como afirmam Lajolo e Zilberman, “contar a história da leitura de países com problemas crônicos de educação pode desconstruir mitos.” (1999, p. 311) Conhecer essa história é fundamental para que se tente escrever novas páginas sobre o ato de ler.



## Referências

ALLIENDE, F. e CONDEMARÍN, M. *A leitura: teoria, avaliação e desenvolvimento*. Trad. de Ernani Rosa. 8. ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria da Educação Básica. *Orientações Curriculares para o Ensino Médio. Linguagens, Códigos e suas Tecnologias*. Brasília, 2006. Disponível em: <[http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book\\_volume\\_01\\_internet.pdf](http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/book_volume_01_internet.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2010.

CHARMEUX, E. *Aprender a ler: vencendo o fracasso*. Trad. de Maria José do Amaral Ferreira. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

CHATIER, R. (org.) *Práticas da leitura*. Trad. C. Nascimento. São Paulo: Estação Liberdade, 2001.

FERNANDES, A.H. e PORTUGAL, C. O texto e a leitura no mundo contemporâneo: reflexões a partir de Pierre Levy. 2002 (Ensaio). Disponível em: <<http://www.users.rdc.puc-rio.br/imago/site/virtualidade/ensaios/hoffman.htm>>.

>. Acesso em: 22 set. 2010.

KLEIMAN, A. e MORAES, S. E. *Leitura e interdisciplinaridade: tecendo redes nos projetos da escola*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2003.

LAJOLO, M. & ZILBERMAN, R. *A formação da leitura no Brasil*. 3. ed. São Paulo: Ática, 1999.

ONG, W. Impressão, espaço e fechamento. In: *Oralidade e escritura*. Trad. E. A. Dobrázku. Campinas: Papirus, 1998, p. 135-156.

SILVA, C. E. da. *O processo de compreensão na leitura em língua estrangeira: relato de uma experiência com alunos do 2º grau*. São Paulo: Humanitas/ FFLCH/ USP, 2002.

SILVA, E. T. da. *O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia da leitura*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 1996.

ZILBERMAN, R. *Fim do livro, fim dos leitores?* São Paulo: SENAC, 2001.